

Parecer nº 85/98

Data: 1998.07.15

Processo nº 341

Reclamante: Jorge Machado da Cunha

Entidade reclamada: Capitão do Porto de Leixões

1. Jorge Machado da Cunha vem reclamar do despacho do Capitão do Porto de Leixões em que lhe é parcialmente indeferido o pedido de acesso a toda a documentação constante do processo disciplinar já concluído no qual foi arguido conjuntamente com outros dois funcionários. O Capitão do Porto de Leixões decidiu limitar o acesso do requerente às declarações por este prestadas.
2. Em princípio alguns dos documentos integrados em processos disciplinares são nominativos por conterem dados pessoais, ou seja, “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, com apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada” (artigo 4º nº 1 alíneas b) e c) da LADA – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto).

Ora, o acesso aos documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados respeitem e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal (artigo 7º, nº 2 do mesmo diploma).

Em relação aos dados que respeitem ao requerente não subsistem dúvidas de que não pode haver qualquer limitação de acesso.

Por outro lado, só se deverá concluir que os dados respeitam exclusivamente a terceiros quando o requerente não apresente uma ligação equiparável àqueles dados.

Assim, quando mais do que uma pessoa é acusada de uma ou mais infracções conexas entre si e por isso conducentes a um único processo disciplinar, não se pode concluir, em princípio, que as informações relativas aos comportamentos indicados respeitem exclusivamente a um ou outro arguido mas sim a todos eles.

Entendimentos diversos poderiam implicar que as informações respeitantes a mais do que uma pessoa fossem, face a cada um dos intervenientes, consideradas relativas a “terceiros”. Como no mesmo processo disciplinar só são apreciados actos interligados e, por isso, respeitantes a todos os arguidos constituídos, qualquer deles terá em regra direito de acesso à totalidade dos documentos constantes do processo por (também) lhe dizerem respeito.

Se, em excepção a esta regra, existirem juízos de valor ou apreciações exclusivamente relativos a terceiros, concluiremos que ao requerente será sempre reconhecido o interesse directo e pessoal.

3. Nestes termos, esta Comissão delibera emitir parecer favorável ao reclamante pelo que o Capitão do Porto de Leixões deve facultar-lhe acesso a todo o processo disciplinar em que foi arguido por os dados dele constantes lhe dizerem respeito.

Em cumprimento do previsto no artigo 16º da Lei 65/93, de 26 de Agosto, remeta-se esta deliberação quer ao reclamante quer à entidade reclamada.

Lisboa, 15 de Julho de 1998.

José Renato Gonçalves (Relator) – *Narana Coissoró* – *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* – *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)